

A. I. N° - 206925.0010/99-0
AUTUADO - BADIA BOOP COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
AUTUANTE - JOÃO CARLOS RIBEIRO FILHO
ORIGEM - INFAZ BROTAS
INTERNET - 12/03/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0056-03/02

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Diferença constatada no cotejo entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. 3. MÁQUINA REGISTRADORA. DIVERGÊNCIA ENTRE O ACUMULADO E O LANÇADO NO LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS. Infrações comprovadas. 4. LIVRO FISCAIS. LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTA DE 5% SOBRE O VALOR DAS ENTRADAS TRIBUTÁVEIS. Multa aplicável somente no caso de impossibilidade de apuração do imposto por outro método de auditoria, o que não ocorreu no presente caso. Cabível a aplicação de multa de 10 UPFs-BA. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 31/12/99, exige ICMS de R\$ 9.750,16, e multa de R\$ 27.931,90, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração de ICMS, no mês de junho de 1998, no valor de R\$ 4.948,57;
2. Deixou de recolher no prazo regulamentar, ICMS referente às operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, no valor de R\$ 1.158,58;
3. Omitiu saídas de mercadorias tributáveis face a divergência entre o acumulado no equipamento e o lançado no livro Registro de Saídas, no valor de R\$ 3.643,01;
4. Deixou de escriturar o Livro Registro de Inventário, multa de 5% sobre o valor das entradas tributáveis durante o exercício de 1998, no valor de R\$ 27.931,90.

O autuado tempestivamente ingressa com defesa, através de patrono, fls.17 a 27, e aduz, em preliminar, a ocorrência de vício processual, no curso do processo, que vulnerou direito líquido e certo do contribuinte, a teor do que dispõe o art. 18, inciso II do RPAF/99, em razão do autuante não ter entregue a tempo os anexos e relatório fiscal que constituem parte integrante da peça acusatória. Argumenta que por este fato, viu-se impedida de ter acesso ao conteúdo do PAF, caracterizando verdadeiro cerceamento do direito de defesa, e tornando nulo de pleno direito o presente lançamento fiscal.

No mérito, diz que quando da fiscalização pelos prepostos fiscais, estes deixaram de considerar algumas informações relativas às operações de entrada e saída de mercadorias, e também da natureza do tratamento fiscal dado a algumas mercadorias revendidas pela requerente, informações estas que se apresentavam importantes para o fim de averiguar o montante do crédito fiscal devido, se for o caso. Diz que a incerteza do valor lançado na peça acusatória será demonstrada através de perícia, que requer, com respaldo no art. 49 do RPAF/BA.

Argüi que o valor contabilizado nas vendas não pode servir como base de cálculo do imposto, pois ali estão englobadas as vendas de produtos isentos, não tributados e outros tributados através da sistemática da substituição tributária ou mesmo mercadorias devolvidas a fornecedores. Assevera que a acusação fiscal é de que durante o período fiscalizado, o autuado praticou operação de compra e venda sem a devida escrituração das notas fiscais das entradas, e assevera que esta afirmação será facilmente comprovada através de simples exame das peças a serem acostadas à presente defesa. Pede revisão do lançamento e reclama da penalidade aplicada, por entender que possui caráter confiscatório, com base na doutrina que cita. Diz ainda que o LRI estava devida e regularmente escriturado na forma prevista, consoante se pode comprovar pela juntada da cópia parcial do mesmo. Afirma que não houve dolo na conduta do contribuinte e que este faz jus ao benefício contido no art. 60 § 4º, da Lei 4.825/89, que prevê a possibilidade do CONSEF de reduzir ou até mesmo cancelar as multas.

O autuante presta informação fiscal, fls. 38 a 40 e aduz que o autuado embasa sua tese de defesa sobre suposto levantamento quantitativo de estoques, que não foi realizado. Esclarece que as infrações foram extraídas diretamente dos livros e documentos fiscais sendo desnecessário qualquer tipo de perícia sobre o objeto do auto. Mantém o Auto de Infração.

Esta 3ª JJF diligenciou à Infaz Brotas para que intimasse o autuado a anexar a procuração do seu patrono, tendo sido saneada esta irregularidade processual, após várias intimações.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo teço as seguintes considerações:

Inicialmente, ressalto que, de acordo com o inciso I do art. 167, do RPAF/99, não se inclui na competência deste órgão julgador a declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade da legislação tributária estadual. Assim, as multas aplicadas, em decorrências das infrações detectadas na ação fiscal, estão previstas na Lei 7.014/96, sendo legítima a sua exigência.

Nego o pedido de perícia e diligência fiscal, pois os elementos contidos no PAF são suficientes para a formação do meu convencimento.

Verifico que o Auto de Infração em lide foi lavrado atendendo às formalidades legais, estando apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais. Não houve cerceamento ao direito de defesa do contribuinte, estando o contraditório sendo plenamente exercido neste PAF.

Verifico que a auditoria fiscal realizada, não se refere ao levantamento quantitativo de estoques, razão porque as alegações do autuado, quanto à falta de entrega dos levantamentos ou

demonstrativos pertinentes a este tipo de auditoria, não encontram respaldo para serem sequer apreciadas por este órgão julgador.

No mérito, o item 1 foi proveniente do recolhimento a menor do ICMS em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS, no mês de junho de 1998, no valor de R\$ 4.948,57. Os documentos acostados pelo autuante revelam que o contribuinte recolheu neste mês o valor de R\$ 49,99 (DAE de fl.06), enquanto que o valor do “imposto a recolher” lançado no RAICMS, é de R\$ 4.998,56 (fl.07). Portanto comprovado documentalmente que o imposto foi pago a menos, deve ser mantida a exigência fiscal.

Quanto ao item 2, em que a acusação cinge-se à falta de recolhimento do ICMS referente as operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, o fato foi detectado através das notas fiscais modelo 1, nºs 41 a 44. O autuado em sua peça de defesa omite-se quanto a qualquer argumento ou prova relativa a esta infração, razão porque deve ser mantida.

No item 3, o autuante detectou a omissão de saídas de mercadorias tributáveis face a divergência entre o acumulado na máquina registradora e o lançado no Livro Registro de Saídas, através do valor acumulado constante no Atestado de Intervenção 00592, de R\$ 1.629.904,27, sendo que a empresa declarou que o valor acumulado nos livros fiscais seria da ordem de R\$ 1.608.474,77. Resultou, portanto numa diferença de R\$ 21.429,50, ICMS de R\$ 3.643,01.

Estes valores estão comprovados na fita detalhe, da máquina registradora, de fl. 11, e no Atestado de Intervenção de fl.12, relativo ao pedido de cessação de uso do equipamento emissor de documento fiscal. A peça de defesa também não adentra ao mérito da questão, portanto considero correta a exigência fiscal relativa a este item.

Por último, foi detectado a falta de escrituração do Livro Registro de Inventário, sendo aplicada a multa de 5% sobre o valor das entradas tributáveis durante o exercício de 1998, com base no art. 42, inciso XII, da Lei nº 7.014/96. Este dispositivo legal reza que:

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

.....

XII – 5% (cinco por cento) do valor comercial das mercadorias sujeitas a tributação entradas no estabelecimento durante o exercício, quando não tiver sido regularmente escriturado o livro Registro de Inventário, se esse fato constituir impedimento definitivo da apuração do imposto no período, não havendo outro meio de apurá-lo.

Não restou comprovado nos autos, que o autuante viu-se impedido de apurar o imposto no período, além do que o autuado em sua defesa alega que entregou todas as notas fiscais de saídas e de entradas de mercadorias do exercício objeto da autuação, fato não contestado pelo autuante. Verifico também no PAF que o autuado utilizava máquina registradora neste exercício, e que o autuante teve acesso aos cupons de leitura. Portanto, entendo que não cabe a aplicação desta multa formal, devendo ser aplicada a penalidade de 10 UPFs-BA, prevista no art. 42, XV, “d”, da Lei 7.014/96, por falta ou atraso na escrituração de livro fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206925.0010/99-0, lavrado contra **BADIA BOOP COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$9.750,16**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 4.948,57 e de 70% sobre R\$ 4.801,59, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “b”, III, da Lei nº 7.014/96, dos acréscimos moratórios correspondentes, além da multa de 10 UPFs-BA, prevista no art. 42, XV, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de fevereiro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR